

CORREIO DO APOSENTADO

POR
MARTHA IMENES

Divulgação



O INSS já emitiu 4,3 milhões de ressarcimentos

INSS: 2,1 milhões ainda não receberam dinheiro de volta

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) divulgou no dia 3 o balanço mais recente sobre os descontos de entidades associativas em aposentadorias e pensões. Desde o início da apuração, a plataforma Meu INSS registrou mais de 1,7 bilhão de acessos, sendo quase 74 milhões especificamente para a funcionalidade de consulta. De acordo com informações publicadas no site do INSS, cerca de 2,1 milhões de pessoas ainda não receberam seus valores.

O governo editou uma medida provisória de crédito extra no valor de R\$ 3,3 bilhões para devolver o dinheiro de aposentados e pensionistas. Até o momento foram utilizados R\$ 2,9 bilhões.

Até o momento, prazo vai até o dia 20

Lembrando que, até o momento, o prazo para pedir o ressarcimento do desconto acaba no próximo dia 20. Fontes informaram ao Correio da Manhã que o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, está se articulando para ampliar esse prazo mais uma vez. Importante: antes de pedir o ressarcimento o beneficiário precisa contestar o desconto da mensalidade associativa pelos canais oficiais Meu INSS e Central 135 ou pelos Correios.

Liliana Soares/MPS



Especula-se que o ministério vai pedir novo prazo

Primeiro é preciso contestar o valor

No caso do pedido de ressarcimento, a solicitação somente pode ser feita nos canais oficiais do INSS. Têm direito à devolução do dinheiro aposentados, pensionistas e herdeiros que sofreram descontos indevidos de associações ou entidades em seus benefícios entre março de 2020 e março de 2025. A solicitação deve ser feita via app Meu INSS, 135 ou Correios.

No total, foram abertos 6,4 milhões de pedidos de contestação, dos quais 6,3 milhões não reconheceram os débitos e apenas 133,8 mil confirmaram os descontos.

Meu INSS liderou os pedidos (53,8%)

A maioria dos pedidos foi feita pelo Meu INSS (53,8%), seguida pelos Correios (35,9%) e pela Central 135 (6,5%). Houve ainda 243,2 mil registros de ofício. Até o momento, 44 entidades foram formalmente contestadas. As entidades responderam com documentação em 1,6 milhão de casos. Em relação aos pagamentos, já foram emitidos 4,3 milhões de ressarcimentos, somando R\$ 2,95 bilhões.

De Brasília ao Pará

A gestão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), reuniu em Belém (PA), servidores da Administração Central — que tem sede em Brasília — e das Superintendências Regionais para discutir enfrentamento da fila. Entretanto, realizar o encontro fora da capital federal implicou em gastos extras.

Estrutura no país

A estrutura das Superintendências Regionais da autarquia abrange as regiões: Sudeste I (São Paulo), Sudeste II (Minas e Espírito Santo), Sudeste III (Rio de Janeiro), Sul, Nordeste e Norte/Centro-Oeste, que é em Brasília, coordenando Gerências-Executivas e Agências da Previdência Social (APS).

Despesa adicional

O gasto é previsto pelo governo, mas representa despesa adicional em um momento de forte cobrança por eficiência administrativa. Em 2026, os valores de diárias para servidores públicos federais continuam sendo definidos pelo Decreto nº 5.992/2006 e suas atualizações. O valor varia de acordo com o cargo e a viagem.

De R\$ 581 a R\$ 224

Para deslocamentos dentro do Brasil, ministros de Estado recebem R\$ 581,00 por dia, cargos de direção e assessoramento superiores (DAS-4, DAS-5 e DAS-6) recebem R\$ 451,00, enquanto os demais servidores têm direito a R\$ 224,00. Já em viagens internacionais, os valores são diferenciados e seguem uma tabela própria.

Diária em dólar

Os valores de diárias internacionais para servidores públicos são definidos em dólares americanos e variam conforme o grupo de países e o cargo do servidor. No grupo A estão países em desenvolvimento ou de menor custo, como Bolívia, Paraguai, Equador e Bangladesh. O valor da diária varia entre US\$ 180 e US\$ 220.

E vai subindo...

Já o grupo B contempla países intermediários, como Argentina, Chile, África do Sul e Eslovênia, com diária de US\$ 250 a US\$ 300. No grupo C estão os de maior custo, como EUA, Canadá, Espanha, Alemanha, China e Emirados Árabes, com diárias de até US\$ 370. Por fim, no grupo D estão Bahamas, a diária passa de US\$ 400.



Atendimentos periciais serão realizados em vários estados

Mutirão de perícia médica oferece quase 13 mil vagas

Atendimentos serão realizados nos dias 7 e 8 em 12 estados

Por Martha Imenes

Mutirão de perícia médica nos próximos dias 6 e 7 prevê atender quase 13 mil pessoas que estão à espera de atendimento para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoa com deficiência, contribuindo para a redução do tempo de espera em várias cidades brasileiras.

Os atendimentos serão realizados nos estados de Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Amazonas, Pará, Alagoas, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraná e no Distrito Federal.

Os segurados que desejarem antecipar suas perícias podem entrar em contato pelo telefone 135, que funciona de segunda a sábado, das 7h às 22h; ou acessar o serviço pelo Meu INSS, no site ou aplicativo para celular. Ao confirmar o agendamento da avaliação médico pericial, o requerente deverá comparecer à agência no dia e horário marcados.

Perícia conectada

De acordo com informações do Ministério da Previdência Social, as perícias serão realizadas por meio de atendimentos presenciais e de perícia conectada - modalidade de teleatendimento realizado na Agência da Previdência Social (APS).

Os mutirões são realizados de forma conjunta entre a Perícia Médica Federal e o Instituto Na-

cional do Seguro Social (INSS) e visa garantir mais agilidade na análise dos benefícios.

Para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) destinado a pessoas com deficiência, o processo segue etapas específicas definidas pelo INSS e pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). O processo envolve cadastro, requerimento, perícia médica e social e análise de renda.

Critérios

Pessoas com deficiência

Qualquer idade, desde que apresentem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que impossibilitem a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com os demais.

Renda familiar per capita

Deve ser igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo vigente. Em alguns casos, decisões judiciais e normativas permitem flexibilização, considerando gastos com saúde, medicamentos e necessidades específicas.

Cadastro Único

É obrigatório estar inscrito e com dados atualizados no CadÚnico para solicitar e manter o benefício.

Avaliação social e médica

Para pessoas com deficiência, o INSS realiza perícia médica e avaliação social para confirmar a condição e a necessidade do benefício.